

ÁGUAS DO ALGARVE, S.A.

AQUISIÇÃO DE REAGENTES PARA TRATAMENTO DE ÁGUA PARA CONSUMO HUMANO

AQUISIÇÃO DE PERMANGANATO DE POTÁSSIO

PROCEDIMENTO AO ABRIGO DO SETOR DA ÁGUA – *Ad Hoc*

(REF.º DOA.SE-AB-07/2024)

CADERNO DE ENCARGOS

DEZEMBRO 2024

AQUISIÇÃO DE REAGENTES PARA TRATAMENTO DE ÁGUA PARA CONSUMO HUMANO

AQUISIÇÃO DE PERMANGANATO DE POTÁSSIO

CADERNO DE ENCARGOS

ÍNDICE

CAPÍTULO I DISPOSIÇÕES GERAIS.....	4
<i>Cláusula 1.ª Objeto</i>	<i>4</i>
<i>Cláusula 2.ª Elementos do Contrato</i>	<i>4</i>
<i>Cláusula 3.ª Prazo contratual</i>	<i>4</i>
<i>Cláusula 4.ª Regime da Aquisição de Bens</i>	<i>5</i>
CAPÍTULO II OBRIGAÇÕES DAS PARTES	5
<i>Cláusula 5.ª Obrigações e responsabilidades do adjudicatário</i>	<i>5</i>
<i>Cláusula 6.ª Obrigações da Entidade Adjudicante.....</i>	<i>8</i>
<i>Cláusula 7.ª Tratamento de dados pessoais</i>	<i>9</i>
<i>Cláusula 8.ª Transferência de dados pessoais</i>	<i>10</i>
<i>Cláusula 9.ª Dever de cooperação</i>	<i>10</i>
CAPÍTULO III CONDIÇÕES DE FORNECIMENTO	10
<i>Cláusula 10.ª Requisitos.....</i>	<i>10</i>
<i>Cláusula 11.ª Notas de Encomenda</i>	<i>11</i>
<i>Cláusula 12.ª Local de Entrega</i>	<i>11</i>
<i>Cláusula 13.ª Condições de Entrega.....</i>	<i>11</i>
<i>Cláusula 14.ª Verificação</i>	<i>13</i>
<i>Cláusula 15.ª Garantia de Continuidade de Fabrico</i>	<i>14</i>
<i>Cláusula 16.ª Descontinuidade do Produto</i>	<i>14</i>
<i>Cláusula 17.ª Boletim de Análise</i>	<i>15</i>
CAPÍTULO IV FATURAÇÃO E PAGAMENTO	16
<i>Cláusula 18.ª Preço unitário máximo admissível e valor contratual.....</i>	<i>16</i>
<i>Cláusula 19.ª Preço e Faturação</i>	<i>16</i>
<i>Cláusula 20.ª Condições de Pagamento.....</i>	<i>16</i>
<i>Cláusula 21.ª Faturação eletrónica.....</i>	<i>17</i>
<i>Cláusula 22.ª Atrasos nos Pagamentos</i>	<i>18</i>
CAPÍTULO V ACOMPANHAMENTO E FISCALIZAÇÃO DA EXECUÇÃO DO CONTRATO	18
<i>Cláusula 23.ª Acompanhamento e fiscalização da execução do contrato.....</i>	<i>18</i>
CAPÍTULO VI INCUMPRIMENTO E EXTINÇÃO DO CONTRATO	18
<i>Cláusula 24.ª Responsabilidades das partes.....</i>	<i>18</i>

<i>Cláusula 25.ª Subcontratação e cessão da posição contratual</i>	<i>19</i>
<i>Cláusula 26.ª Sanções</i>	<i>19</i>
<i>Cláusula 27.ª Força Maior.....</i>	<i>20</i>
<i>Cláusula 28.ª Resolução do Contrato pela Entidade Adjudicante.....</i>	<i>21</i>
<i>Cláusula 29.ª Resolução do Contrato por parte do Adjudicatário</i>	<i>22</i>
<i>Cláusula 30.ª Execução de caução</i>	<i>22</i>
<i>Cláusula 31.ª Seguros</i>	<i>22</i>
<i>Cláusula 32.ª Propriedade dos equipamentos</i>	<i>22</i>
CAPÍTULO VII DISPOSIÇÕES FINAIS.....	23
<i>Cláusula 33.ª Deveres de informação</i>	<i>23</i>
<i>Cláusula 34.ª Comunicações</i>	<i>23</i>
<i>Cláusula 35.ª Segurança e confidencialidade</i>	<i>23</i>
<i>Cláusula 36.ª Foro Competente</i>	<i>24</i>
<i>Cláusula 37.ª Direito Aplicável e natureza do contrato</i>	<i>24</i>
<i>Cláusula 38.ª Contagem dos prazos</i>	<i>24</i>
ANEXO I QUANTIDADES INDICATIVAS DE PRODUTO, POR INSTALAÇÃO	25
ANEXO II LOCAL DE ENTREGA	26
ANEXO III CÓDIGO DE CONDUTA	27

CAPÍTULO I

DISPOSIÇÕES GERAIS

Cláusula 1.^a

Objeto

1- O presente Caderno de Encargos compreende as cláusulas a incluir no contrato a celebrar entre a Águas do Algarve, S.A., adiante designada por AdA, S.A., e o Adjudicatário, cujo objeto principal consiste na *Aquisição de Reagentes para Tratamento de Água para Consumo Humano - «Aquisição de Permanganato de Potássio»* para o local de entrega identificado no **ANEXO II**, com observância das regras definidas através do presente Caderno de Encargos.

2- No **ANEXO I** do presente Caderno de Encargos encontra-se especificado as quantidades indicativas do produto, por entrega, as quais possuem natureza meramente indicativa dos consumos estimados para o período de **12 (doze) meses**, não consubstanciando qualquer vínculo de aquisição das quantidades estimadas por parte da entidade adjudicante.

Cláusula 2.^a

Elementos do Contrato

1- O Contrato integra os seguintes elementos:

- a) Os suprimimentos dos erros e das omissões do caderno de encargos identificado pelo concorrente, desde que expressamente aceites pelo órgão competente para a decisão de contratar;
- b) Os esclarecimentos e as retificações relativos ao Caderno de Encargos;
- c) O presente Caderno de Encargos;
- d) A proposta adjudicada;
- e) Os esclarecimentos sobre a proposta adjudicada prestados pelo adjudicatário.

2- Em caso de divergência entre os elementos referidos no número anterior, a prevalência é determinada pela ordem pela qual são indicados nesse número.

3- Os ajustamentos propostos pela entidade adjudicante nos termos previstos no artigo 99.º do Código dos Contratos Públicos e aceites pelo adjudicatário nos termos previstos no artigo 101.º do mesmo diploma legal prevalecem sobre todos os documentos previstos no n.º 1 da presente cláusula.

Cláusula 3.^a

Prazo contratual

1- Sem prejuízo da manutenção das obrigações acessórias que perdurem para além do seu termo, o contrato a celebrar tem a duração de 6 (seis) meses a contar da data da sua assinatura, renovável automaticamente por igual período, a não ser que uma das partes se oponha à

prorrogação, por escrito, com a antecedência mínima de 60 (sessenta) dias em relação ao termo do contrato.

2- Independentemente do decurso do prazo de vigência do contrato, o mesmo extingue-se logo que seja atingido o valor contratual de **8 400,00 EUR (oito mil e quatrocentos euros)**, acrescido de IVA à taxa legal em vigor.

Cláusula 4.^a

Regime da Aquisição de Bens

O regime da aquisição de bens, quanto ao modo de retribuição ao adjudicatário, será executado pelo preço contratual estabelecido.

CAPÍTULO II

OBRIGAÇÕES DAS PARTES

Cláusula 5.^a

Obrigações e responsabilidades do adjudicatário

Sem prejuízo de outras obrigações previstas na legislação aplicável e no presente Caderno de Encargos, constituem obrigações principais do adjudicatário as seguintes:

- a) Entregar o Permanganato de Potássio adquirido, adiante designado por produto, em perfeitas condições de ser utilizado para o fim a que se destina, nos locais definidos, nos termos e no prazo máximo estabelecido na Cláusula 13.^a do presente Caderno de Encargos;
- b) O produto a fornecer deve cumprir na íntegra o estabelecido na norma EN 12672 em vigor “Produtos químicos utilizados no tratamento de água destinada ao consumo humano – Permanganato de Potássio” para grau *free-flowing*, nomeadamente os limites de concentração de impurezas, subprodutos e parâmetros químicos admissíveis estabelecidos nos pontos 4.3 e 4.4 da referida Norma;
- c) Fornecer o produto em conformidade com a proposta apresentada, com as normas legais aplicáveis ao exercício da atividade, com as características técnicas, ambientais e os níveis de serviço e requisitos definidos no presente Caderno de Encargos e demais documentos contratuais, não podendo ser entregue produto produzido em local distinto ou com origem em matérias-primas distintas do apresentado na proposta, ou em caso de alteração, que não tenham sido aprovados pela entidade adjudicante;
- d) Comunicar, à entidade adjudicante, logo que tenha conhecimento, os factos que tornem total ou parcialmente impossível o fornecimento do produto objeto do contrato, assim como o cumprimento de qualquer outra das suas obrigações contratuais;
- e) Prestar de forma correta e fidedigna as informações referentes às condições em que o

- produto é fornecido, bem como conceder todos os esclarecimentos solicitados pela entidade adjudicante;
- f) Não alterar as condições do fornecimento do produto fora dos casos previstos no presente Caderno de Encargos;
 - g) Garantir o produto fornecido, em conformidade com a legislação aplicável em vigor;
 - h) Cumprir todas as disposições legais aplicáveis em vigor, designadamente de transporte, manuseamento e descarga do produto;
 - i) Providenciar, a suas expensas, todos os equipamentos e meios necessários para a descarga do produto fornecido, de acordo com as especificações da instalação da entidade adjudicante, designadamente viaturas adequadas com equipamento para movimentação mecânica de cargas, materiais e ferramentas, instrumentos, equipamentos de proteção e segurança e assegurar a gestão de eventuais produtos não conforme/resíduos/remanescentes gerados sob a sua responsabilidade, nos termos da legislação aplicável em vigor;
 - j) A classificação, embalagem e rotulagem dos produtos obedece ao regime estabelecido no Decreto-Lei n.º 98/2010, de 11 de agosto, e ao Regulamento (CE) n.º 1272/2008 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 16 de dezembro de 2008, relativo à classificação, rotulagem e embalagem de substâncias e misturas (CRE), que altera e revoga as Diretivas 67/548/CEE e 1999/45/CE, e altera o Regulamento (CE) n.º 1907/2006 (REACH), e respetivas alterações;
 - k) O fornecimento do produto deve ser realizado através de embalagens adequadas, as quais devem ser seladas e devem incluir a identificação do produto, do fornecedor, o número do lote fornecido e a data de validade;
 - l) O n.º do lote do Adjudicatário deve ser rastreável ao n.º do lote do produtor da substância química ativa, através da guia de remessa;
 - m) A fim de garantir que a pureza do produto não é afetada, assegurar que as embalagens não foram previamente utilizadas para armazenamento de qualquer outro produto ou que tenham sido corretamente limpas e preparadas antes da utilização;
 - n) O material da embalagem não poderá interferir na qualidade do produto, nomeadamente no que toca aos processos de lavagem;
 - o) O adjudicatário deverá garantir que a identificação das embalagens utilizadas para transporte até à instalação da entidade adjudicante é efetuada de acordo com a legislação em vigor, devendo os símbolos de risco e pictogramas ser identificados nas viaturas do transportador conforme o acordo ADR, estabelecido pelo Decreto-Lei n.º 41-A/2010, de 29 de abril, na redação atualmente em vigor de acordo com as alterações introduzidas pelo Decreto-Lei n.º 246-A/2015, de 21 de outubro, que transpõe a Diretiva n.º 2014/103/UE, que adapta ao progresso científico e técnico a Diretiva n.º 2008/68/CE, relativa ao transporte terrestre de mercadorias perigosas;

- p) Suportar os encargos relativos à aquisição de bens identificados no artigo 445.º do Código dos Contratos Públicos;
- q) Entregar os boletins de análise e os certificados de conformidade à entidade adjudicante, nos termos estabelecidos no presente Caderno de Encargos;
- r) Atualizar os Documentos de Identificação do Produto e a Fichas de Dados de Segurança do Produto, sempre que se justificar, e remetê-los à entidade adjudicante após cada atualização;
- s) Contratar seguros nos termos exigidos pela legislação em vigor, que garantam a cobertura dos riscos e danos decorrentes das atividades a executar no âmbito do presente Caderno de Encargos e que afetem, direta ou indiretamente, instalações, pessoas, bens e meio ambiente, incluindo apólices de Responsabilidade civil profissional, Responsabilidade por Danos Ambientais, Viaturas, Acidentes de trabalho, etc.;
- t) São de exclusiva responsabilidade do adjudicatário as obrigações relativas ao pessoal empregue na execução dos trabalhos, à sua aptidão profissional e à sua disciplina;
- u) Utilizar uma ferramenta de *e-mail* para garantir a receção das encomendas formuladas pela entidade adjudicante e o seu tratamento em tempo útil, designadamente quanto ao cumprimento dos prazos de entrega definidos no presente Caderno de Encargos;
- v) Ressarcir a AdA dos montantes correspondentes das multas aplicadas na sequência de processos contra-ordenacionais, cujos factos resultam de atos ou omissões suas, designadamente, relacionadas com o fornecimento, transporte, manuseamento e descarga, e que não sejam imputáveis à entidade adjudicante;
- w) Viabilizar e implementar as soluções para fazer face a eventuais situações que possam colocar em risco o fornecimento do produto nas condições previstas no presente Caderno de Encargos, designadamente roturas de *stock*, falhas de produção, avarias, falhas de transporte, etc., conforme alínea k), do n.º 9 da Solicitação de Cotação;
- x) Comunicar à entidade adjudicante a nomeação do gestor por si designado e quaisquer alterações relativas à sua nomeação;
- y) Comunicar à AdA, previamente ao início do fornecimento dos produtos, a identificação dos motoristas e viaturas que irão efetuar o serviço e sempre que haja alterações aos dados eventualmente já reportados, sob pena da receção dos produtos poder ser recusada. Esta informação deverá ser enviada à AdA, manter-se atualizada e incluir os seguintes elementos:
 - I. empresa transportadora
 - II. alvará de transporte (n.º e validade)
 - III. identificação da viatura (matrícula da viatura)
 - IV. certificado de aprovação do veículo que transporta mercadorias perigosas

(ADR);

- V. identificação do motorista (nome, n.º do documento de identificação, validade);
 - VI. certificado ADR do motorista (n.º, validade)
 - VII. certificado do Conselheiro de Segurança (nome, n.º, validade)
- z) Disponibilizar a informação de gestão, relevante, ao gestor do contrato designado pela entidade adjudicante;
- aa) Manter sigilo e garantir a confidencialidade, não divulgando quaisquer informações que obtenha no âmbito da formação e da execução do contrato, não utilizando as mesmas para fins alheios àquela execução, abrangendo esta obrigação todos os seus agentes, funcionários, colaboradores ou terceiros que nelas se encontrem envolvidos;
- bb) Sujeitar-se a auditorias de qualidade, ambientais e de segurança, bem como de monitorização do fornecimento do produto no que respeita ao cumprimento das características técnicas, ambientais, de qualidade, de segurança, prazos de entrega e requisitos do fornecimento;
- cc) Permitir visitas por parte da entidade adjudicante às suas instalações e/ou de produção;
- dd) Disponibilizar contacto de emergência do fornecedor (24 horas/dia);
- ee) Confirmar a receção e leitura do Código de Conduta para Fornecedores (constante do **ANEXO III** do presente Caderno de Encargos), assumindo o compromisso de o cumprir e fazer cumprir, através da assinatura da Declaração de Aceitação do Código de Conduta para Fornecedores incluída no **ANEXO VII** da Solicitação de Cotação.

Cláusula 6.ª

Obrigações da Entidade Adjudicante

Constitui obrigações da entidade adjudicante:

- a) Nomear um responsável pela gestão do Contrato para efeitos de comunicações com o adjudicatário e comunicar quaisquer alterações dessa nomeação;
- b) Efetuar auditorias de qualidade se necessário e monitorizar o fornecimento do produto, no que respeita ao cumprimento das características técnicas, ambientais, prazos de entrega e requisitos do fornecimento;
- c) Remeter ao adjudicatário a Nota de Encomenda, com a antecedência devida para o cumprimento dos prazos estabelecidos para a entrega do produto;
- d) Disponibilizar o acesso à instalação para a entrega do produto fornecido, salvo situações excecionais previamente acordadas entre as partes (como por exemplo, restrições de horários de entrega associados aos regimes de funcionamento da instalação);
- e) Aplicar sanções contratuais, caso se justifique.

- f) Pela Aquisição de Bens objeto do contrato, bem como pelo cumprimento das obrigações constantes do presente Caderno de Encargos, a entidade adjudicante deve pagar ao adjudicatário o preço constante da proposta adjudicada, acrescido de IVA à taxa legal em vigor.
- g) Efetuar a Avaliação de Desempenho do Adjudicatário, tendo em consideração os requisitos do Sistema de Responsabilidade Empresarial (SRE) da entidade adjudicante e os requisitos contratualmente definidos, que serão controlados e monitorizados.

Cláusula 7.^a

Tratamento de dados pessoais

- 1- O adjudicatário e a entidade adjudicante assumem o papel de Responsáveis pelo Tratamento quanto às atividades de tratamento de dados pessoais que ambos prosseguem individualmente, de sua iniciativa e responsabilidade.
- 2- Como Responsáveis pelo Tratamento na medida das suas finalidades próprias tratarão dados pessoais com vista à execução e gestão do Contrato e/ou para o cumprimento de obrigações legais aplicáveis, nomeadamente no que diz respeito à legislação associada ao transporte rodoviário de mercadorias e segurança e saúde no trabalho, obrigando-se a cumprir o disposto na legislação de proteção de dados pessoais, atual ou futura, nacional ou europeia e, bem assim, o disposto no Regulamento Geral de Proteção de Dados.
- 3- Cada um dos Responsáveis pelo Tratamento compromete-se a implementar as medidas técnicas e organizativas adequadas e necessárias à proteção de dados desde a conceção e por defeito, por forma a assegurar a conformidade com a Legislação de Proteção de Dados Pessoais e com o Regulamento Geral de Proteção de Dados, designadamente no que concerne às medidas de segurança adequadas aos riscos decorrentes do tratamento de dados a que procedem para as suas respetivas finalidades.
- 4- Se um dos Responsáveis pelo Tratamento receber um pedido de exercício de direitos dos titulares dos dados pessoais relativo às finalidades próprias do outro Responsável pelo Tratamento, deverá disso informá-lo sem demora injustificada e deverá prestar assistência imediata a esse Responsável pelo Tratamento por forma a permitir o cumprimento das suas respetivas obrigações legais de resposta ao pedido dos titulares.
- 5- Os Responsáveis pelo Tratamento comprometem-se a manter os dados pessoais a que tenham acesso no âmbito do presente Contrato estritamente confidenciais, mesmo após a cessação do Contrato.
- 6- Os dados pessoais serão conservados pelo período necessário à execução da relação comercial estabelecida entre os Responsáveis pelo Tratamento e para as finalidades para as quais foram recolhidos, sem prejuízo da conservação dos mesmos por um período mais longo de acordo com disposições legais em vigor.

- 7- Os Responsáveis pelo Tratamento limitam-se à sua quota-parte em matéria de responsabilidade, por qualquer prejuízo em que tiverem incorrido por força do tratamento de dados pessoais, por si ou pelos seus colaboradores, em violação das normas legais aplicáveis e/ou do disposto no presente Contrato, responsabilidade essa que será exclusiva quando tal violação seja imputável apenas a um dos Responsáveis pelo Tratamento.

Cláusula 8.^a

Transferência de dados pessoais

Nenhuma das Partes poderá transferir quaisquer dados pessoais para outra entidade, independentemente da sua localização, salvo autorização prévia e escrita da outra Parte, exceto se forem obrigados a fazê-lo pela legislação aplicável, ficando a Parte que irá transferir os dados, obrigado a informar, nesse caso, a outra Parte antes de proceder a essa transferência.

Cláusula 9.^a

Dever de cooperação

- 1- Se um dos Responsáveis pelo Tratamento receber um pedido de exercício de direitos dos titulares dos dados pessoais relativo às finalidades próprias do outro Responsável pelo Tratamento, deverá disso informá-lo sem demora injustificada e deverá prestar assistência imediata a esse Responsável pelo Tratamento por forma a permitir o cumprimento das suas respetivas obrigações legais de resposta ao pedido dos titulares.
- 2- As Partes deverão cooperar, quando seja solicitado para tal, na sequência de qualquer avaliação, inquérito, notificação ou investigação da Comissão Nacional de Proteção de Dados ou entidade administrativa com atribuições e competências legais equiparáveis.

CAPÍTULO III

CONDIÇÕES DE FORNECIMENTO

Cláusula 10.^a

Requisitos

- 1- O adjudicatário obriga-se a entregar o produto à entidade adjudicante de acordo com as características, especificações, requisitos técnicos e níveis de serviço previstos no presente Caderno de Encargos.
- 2- O produto deve ser entregue em perfeitas condições de ser utilizado para os fins a que se destina.
- 3- É aplicável, com as necessárias adaptações, o disposto na lei que disciplina os aspetos relativos à venda de bens de consumo e das garantias a ela relativas no que respeita à conformidade dos bens a entregar.

4- O adjudicatário é responsável perante a entidade adjudicante por qualquer defeito ou discrepância dos bens objeto do contrato que existam no momento em que os bens lhe são entregues.

5- O produto a fornecer deve cumprir o estabelecido na norma EN 12672 em vigor “Produtos químicos utilizados no tratamento de água destinada a consumo humano – Permanganato de Potássio” para grau *free-flowing*, nomeadamente os limites de concentração de impurezas, subprodutos e parâmetros químicos admissíveis estabelecidos nos pontos 4.3 e 4.4 da referida Norma.

Cláusula 11.ª

Notas de Encomenda

1- Os fornecimentos são realizados na sequência de notas de encomenda a remeter pela entidade adjudicante.

2- As quantidades estimadas indicadas no **ANEXO I** ao presente Caderno de Encargos possuem natureza meramente indicativa para o período de vigência do contrato, não consubstanciando qualquer vinculação relativa à aquisição de quantidades mínimas por parte das entidades adjudicantes.

3- As notas de encomenda são enviadas pela entidade adjudicante ao adjudicatário, através de mensagem de correio eletrónico, indicando qual ou quais os produtos a fornecer, bem como quais as respetivas quantidades e local de entrega.

4- Se o adjudicatário não dispuser das quantidades solicitadas, designadamente por rotura temporária de *stock*, deve comunicar o facto à entidade adjudicante com a maior antecedência possível, o que, no limite, deve corresponder ao dia útil seguinte à data de envio da nota de encomenda.

Cláusula 12.ª

Local de Entrega

Salvo indicação diversa realizada na nota de encomenda, as entregas do produto devem ser realizadas no local de entrega identificado no **ANEXO II** ao presente Caderno de Encargos.

Cláusula 13.ª

Condições de Entrega

1- O adjudicatário compromete-se a entregar o produto solicitado no prazo máximo de **5 (cinco)** dias úteis, contados da data de envio da nota de encomenda.

2- O produto será entregue em conformidade com as especificações técnicas aplicáveis e acompanhado de toda a documentação legal necessária à sua circulação, podendo a sua receção estar condicionada à análise da conformidade e especificações do produto, nomeadamente da documentação entregue, incluindo certificado de análise, informação constante da rotulagem e o estado da embalagem.

- 3- Salvo casos excecionais motivados por necessidades urgentes da entidade adjudicante, os produtos devem ser entregues na ETA de Alcantarilha nos dias úteis da semana, das 09h00 às 17h00, sem prejuízo de horário diverso acordado entre a entidade adjudicante e o adjudicatário.
- 4- O adjudicatário, diretamente ou por intermédio de um subcontratado, obriga-se a efetuar a operação de descarga do produto na instalação da entidade adjudicante, pelos seus meios, devendo os transportadores estar munidos dos equipamentos necessários, nomeadamente os equipamentos de proteção individual e de atuação em caso de emergência adequados.
- 5- O adjudicatário, diretamente ou por intermédio de um subcontratado, deve assegurar/manter o bom estado dos equipamentos de elevação de cargas, de modo a evitar acidentes/derrames, cumprindo/observando as regras de segurança e especificações necessárias para que a descarga e manuseamento se processem em segurança, nomeadamente cumprimento da sinalética, e procedimentos que sejam aplicáveis à atividade.
- 6- A entrega do produto é sempre acompanhada dos seguintes documentos:
- a) **Guia de remessa** da qual deve constar, designadamente:
 - i) A data de entrega;
 - ii) Identificação do adjudicatário;
 - iii) Identificação da entidade adjudicante e local de entrega;
 - iv) Data da encomenda e número da nota de encomenda emitida pela entidade adjudicante;
 - v) Indicação do produto (quantidade e lote de fabrico do fabricante da substância química ativa e do fornecedor, se diferente. A entidade adjudicante poderá solicitar a guia de remessa desde a fábrica ao local de expedição do adjudicatário);
 - vi) Identificação da matrícula da viatura.
 - b) **Certificado de Conformidade**, no qual constará que cumpre com a norma em vigor (EN 12672) e indicará, pelo menos:
 - i) Número do lote do fabricante e do fornecedor, se diferente
 - ii) Unidade fabril
 - iii) Pureza [% (m/m)], Matéria Insolúvel em Água [% (m/m)], Humidade [% (m/m)] e Granulometria [% > 0,425 mm e % > 0,075 mm]
 - iv) Data de fabrico
 - v) Validade do produto
 - vi) Caso haja referência ao Documento de Identificação do produto, o mesmo deverá incluir a respetiva versão/data em vigor.
- 7- O produto a fornecer deve ser entregue de forma que a identificação/rotulagem de todas as embalagens se encontre visível no ato de entrega.

8- No ato da entrega, o adjudicatário deve estar sempre munido da documentação abaixo discriminada, podendo a entidade adjudicante, sempre que assim o entender, solicitar a sua apresentação:

- a) Alvará para transporte rodoviário internacional de mercadorias por conta de outrem, previsto no Decreto-Lei n.º 257/2007, de 16 de Julho, alterado pelo Decreto-Lei n.º 137/2008, de 21 de julho, e pelo Decreto-Lei n.º 136/2009, de 5 de junho;
- b) Documentos exigidos no Decreto-Lei n.º 41-A/2010, de 29 de abril e suas alterações (ADR), incluindo o Certificado de formação para condutores de veículos que transportam mercadorias perigosas;
- c) Certificados de Formação de Conselheiros de Segurança do transporte de mercadorias perigosas relativos ao Conselheiro de Segurança do adjudicatário, comprovativo da formação profissional mencionada no artigo 10.º do Decreto-Lei n.º 41-A/2010, de 29 de abril.

9- Realizada a entrega, o adjudicatário fica na posse de uma cópia da guia de remessa, assinada por um representante da entidade adjudicante, constituindo prova bastante da entrega dos produtos.

10- A assinatura da guia de remessa pela entidade adjudicante não implica a aceitação de eventuais discrepâncias do produto com as características previstas no presente Caderno de Encargos.

11- Os riscos nas fases de transporte, acondicionamento, embalagem, carga e descarga do produto na instalação da entidade adjudicante, são da exclusiva responsabilidade do adjudicatário.

12- Todas as despesas e custos de transporte dos bens objeto do contrato e respetivos documentos para o local de entrega são da responsabilidade do Adjudicatário.

Cláusula 14.ª

Verificação

1- Após a entrega do produto realizada pelo adjudicatário, a entidade adjudicante dispõe de um prazo máximo de 30 (trinta) dias úteis para proceder à verificação quantitativa e qualitativa do mesmo, aferindo eventuais irregularidades ou a existência de defeitos de fabrico, transporte ou descarga e se reúnem as características, especificações e requisitos técnicos e operacionais definidos no presente caderno de encargos e na proposta adjudicada, bem como outros requisitos exigidos na lei.

2- A entidade adjudicante deve transmitir ao adjudicatário todas as irregularidades encontradas, sendo que, findo o prazo mencionado no número anterior sem que tenha comunicado a existência de desconformidades, considera-se que há lugar à aceitação definitiva do produto.

- 3- Caso o produto entregue não se encontre em conformidade com o disposto no presente Caderno de Encargos e na legislação aplicável, será da responsabilidade do adjudicatário a correção das anomalias detetadas, nomeadamente através da substituição do mesmo.
- 4- Em caso de desconformidade do produto, o adjudicatário dispõe de um prazo máximo de 5 (cinco) dias, a contar da comunicação referida no n.º 2 para proceder à substituição do mesmo.
- 5- Quando as deficiências e irregularidades detetadas não impliquem a devolução do produto, o adjudicatário dispõe de um prazo de 5 (cinco) dias úteis, a contar da comunicação referida no n.º 2, para suprir as deficiências e irregularidades detetadas.
- 6- Todos os encargos com a devolução e a substituição do produto são da exclusiva responsabilidade do adjudicatário.
- 7- A devolução do produto pela entidade adjudicante nos termos da presente cláusula não confere ao adjudicatário o direito a qualquer indemnização.

Cláusula 15.ª

Garantia de Continuidade de Fabrico

- 1- O adjudicatário deve garantir o produto fornecido pelo período de vigência do contrato, contra quaisquer deficiências ou desconformidades com as exigências legais e com as características e especificações técnicas, nos termos do disposto no Código dos Contratos Públicos e demais legislação que disciplina os aspetos relativos à aquisição de bens móveis de consumo.
- 2- A garantia prevista no número anterior abrange:
 - a) O fornecimento;
 - b) O transporte dos bens;
 - c) A deslocação ao local de entrega;
 - d) A mão-de-obra.
- 3- O prazo de vigência da garantia conta-se a partir da data de aceitação definitiva dos bens.
- 4- É aplicável, com as necessárias adaptações, o disposto no Decreto-Lei n.º 67/2003, de 8 de abril, com a redação conferida pelo Decreto-Lei n.º 84/2008, de 21 de maio, que disciplina os aspetos relativos à venda de bens de consumo e das garantias a ela relativas, no que respeita à conformidade dos bens.

Cláusula 16.ª

Descontinuidade do Produto

- 1- Sempre que se verifique a descontinuidade de produção do produto adquirido, o adjudicatário deve proceder à sua substituição, submetendo os termos de atualização à entidade adjudicante juntamente com uma declaração, emitida pelo fabricante do Permanganato de Potássio ou pelo representante oficial em Portugal, que confirme a descontinuidade.

- 2- A atualização do produto a fornecer deve obedecer aos seguintes requisitos:
- a) Manutenção das características do Permanganato de Potássio constantes da proposta inicial;
 - b) Manutenção dos requisitos legais, técnicos, funcionais e ambientais mínimos exigidos;
 - c) Equivalência dos preços;
 - d) Inalterabilidade das condições contratuais.

Cláusula 17.^a
Boletim de Análise

- 1- O Boletim de Análise deve ser entregue pelo adjudicatário à entidade adjudicante com uma periodicidade semestral contada a partir da data do início do fornecimento, referente a um lote entregue no semestre transato.
- 2- O Boletim de análise deverá ser emitido por laboratório acreditado, segundo a NP EN ISO/IEC 17025 ou equivalente, para os métodos de ensaio no produto em causa, ou em laboratório com métodos de ensaio acreditados para, pelo menos, um dos seguintes produtos: Águas, Efluentes líquidos, Águas resultantes de ensaios de migração e Produtos Químicos usados no tratamento de Água.
- 3- No Boletim de análise devem constar os resultados respeitantes aos critérios de pureza, impurezas, subprodutos e parâmetros químicos especificados na norma EN 12672 em vigor, cumprindo as unidades nelas definidas, devendo o mesmo vir acompanhado, no mínimo, da seguinte informação:
- a) Identificação do laboratório que realiza as análises;
 - b) Nome comercial do produto;
 - c) Nome do fabricante do produto;
 - d) Local e data de fabrico;
 - e) Lote do produto analisado;
 - f) Identificação completa e data da receção da amostra submetida a ensaio;
 - g) Resultados dos ensaios efetuados e apresentados nas unidades referidas na norma aplicável;
 - h) Os boletins de análise podem ser referentes aos produtos não diluídos, na concentração fornecida pela empresa fabricante.
- 4- A entidade adjudicante pode solicitar, durante a vigência do contrato, o número de amostras que entender necessárias à aferição da qualidade dos produtos fornecidos, podendo a amostragem ser feita, aleatoriamente, sobre as entregas realizadas.
- 5- No caso da omissão de entrega dos Boletins, a entidade adjudicante pode determinar a realização de análises, sendo os custos das mesmas imputados ao adjudicatário.

CAPÍTULO IV

FATURAÇÃO E PAGAMENTO

Cláusula 18.^a

Preço unitário máximo admissível e valor contratual

- 1- O **Preço Unitário Máximo Admissível (PUMA)** do Permanganato de Potássio a fornecer é **5,60 EUR/kg (cinco euros e sessenta cêntimos por quilograma)**, acrescido de IVA à taxa legal em vigor.
- 2- O **Valor Contratual**, que decorrente da execução de todas as prestações que constituem o objeto do contrato é de **8.400,00 EUR (oito mil e quatrocentos euros)**, acrescido de IVA à taxa legal em vigor.
- 3- O preço referido no número anterior inclui todos os custos, encargos e despesas cuja responsabilidade não esteja expressamente atribuída à entidade adjudicante, nomeadamente os relativos ao transporte dos bens objeto do contrato para o respetivo local de entrega, bem como quaisquer encargos decorrentes da utilização de marcas registadas, patentes ou licenças.

Cláusula 19.^a

Preço e Faturação

- 1- A entidade adjudicante pagará ao adjudicatário o valor resultante do produto das quantidades fornecidas pelo respetivo preço unitário definido na proposta adjudicada, nos termos do presente Caderno de Encargos, ao qual acresce o IVA à taxa legal aplicável.
- 2- O preço indicado inclui, à exceção dos custos de aluguer, todos os custos, encargos e despesas, cuja responsabilidade não esteja expressamente atribuída à entidade adjudicante, nomeadamente aqueles que respeitam à carga, transporte e descarga no local indicado.
- 3- A faturação deve ser efetuada de acordo com o disposto no Código do IVA, devendo a fatura mencionar todos os números das notas de encomenda e das guias de remessa a que dizem respeito.

Cláusula 20.^a

Condições de Pagamento

- 1- As quantias devidas pela entidade adjudicante, nos termos da cláusula anterior, devem ser pagas no prazo de 30 (*trinta*) dias após a receção das respetivas faturas, as quais só podem ser emitidas após o vencimento da obrigação correspondente.
- 2- Para os efeitos do número anterior, a obrigação considera-se vencida com a entrega dos bens objeto do contrato.
- 3- Em caso de discordância por parte da entidade adjudicante quanto aos valores indicados nas faturas, deve esta comunicar, por escrito, ao adjudicatário, os respetivos fundamentos,

ficando este obrigado a prestar os esclarecimentos necessários ou a proceder à emissão de nova fatura corrigida.

4- A falta de pagamento dos valores contestados pela entidade adjudicante não vence juros de mora nem justifica a suspensão das obrigações contratuais do adjudicatário, devendo, no entanto, a entidade adjudicante proceder ao pagamento da importância não contestada.

5- Desde que devidamente emitidas e observado o disposto no n.ºs 1 a 3, as faturas são pagas através de transferência bancária para a instituição de crédito indicada pelo adjudicatário.

6- No caso de suspensão da execução do contrato e independentemente da causa da suspensão, os pagamentos ao adjudicatário serão automaticamente suspensos por igual período.

Cláusula 21.ª

Faturação eletrónica

1- As faturas emitidas pelo adjudicatário devem incluir o número de nota de Encomenda fornecido pela entidade adjudicante e devem conter os elementos necessários a uma completa clara e adequada compreensão dos valores faturados, os quais devem ser apresentados de forma desagregada.

2- As faturas eletrónicas a emitir pelo adjudicatário devem ser enviadas para o Portal FE-AP, de receção de documentos em formato eletrónico (EDI), sistema suportado pela empresa eSPap – Entidade de Serviços Partilhados da Administração Pública, I.P.

3- Caso o adjudicatário não tenha ainda aderido a este Portal deve efetuar os seguintes passos:

- a) Consultar a informação sobre a fatura eletrónica disponível em: <https://www.espap.gov.pt/spfin/Paginas/spfin.aspx#maintab>;
- b) Consultar a informação específica do processo de adesão dos fornecedores disponível em: <https://www.espap.gov.pt/spfin/onboarding/Paginas/onboarding%20de%20Fornecedores.aspx#maintab1>;
- c) Preencher o formulário de adesão disponível em: https://pt.surveymonkey.com/r/FE-AP_CIU5.

4- Em caso de incumprimento dos termos da faturação resultante de facto não imputável à entidade adjudicante não acrescem quaisquer juros de mora.

5- As faturas eletrónicas deverão cumprir o estabelecido na versão em vigor do documento “Águas de Portugal - Manual de Boas Práticas - Faturação Eletrónica Inbound (Fornecedores)”, disponível em: <https://www.adp.pt/pt/faturacao-eletronica/?id=240>.

6- A emissão de segundas vias das faturas solicitadas pela entidade adjudicante não será objeto de qualquer cobrança adicional.

Cláusula 22.^a

Atrasos nos Pagamentos

- 1- Qualquer atraso no pagamento das faturas referidas na cláusula anterior não autoriza o adjudicatário a invocar a exceção de não cumprimento de qualquer das obrigações que lhe incumbem por força do Contrato, salvo nos casos previstos no Código dos Contratos Públicos.
- 2- O atraso em um ou mais pagamentos não determina o vencimento das restantes obrigações de pagamento.

CAPÍTULO V

ACOMPANHAMENTO E FISCALIZAÇÃO DA EXECUÇÃO DO CONTRATO

Cláusula 23.^a

Acompanhamento e fiscalização da execução do contrato

- 1- A execução do contrato é permanentemente acompanhada pelo gestor do contrato designado pela entidade adjudicante, a identificar no contrato.
- 2- No exercício das suas funções, o gestor pode acompanhar, examinar e verificar, presencialmente, a execução do contrato pelo adjudicatário.
- 3- Caso o gestor do contrato detete quaisquer desvios, defeitos ou outras anomalias na execução do contrato, encontra-se habilitado a determinar ao adjudicatário que adote as medidas que, em cada caso, se revelem adequadas à correção dos mesmos.
- 4- O desempenho das funções de acompanhamento e fiscalização do modo de execução do contrato não exime o adjudicatário de responsabilidade por qualquer incumprimento ou cumprimento defeituoso das suas obrigações.

CAPÍTULO VI

INCUMPRIMENTO E EXTINÇÃO DO CONTRATO

Cláusula 24.^a

Responsabilidades das partes

Cada uma das partes deve cumprir pontualmente as obrigações emergentes do Contrato e responde perante a outra por quaisquer danos que resultem do incumprimento ou do cumprimento defeituoso dessas obrigações, nos termos do presente Contrato e da lei, sem prejuízo do disposto nas cláusulas seguintes.

Cláusula 25.ª

Subcontratação e cessão da posição contratual

- 1- A subcontratação de prestações objeto do Contrato e a cessão da posição contratual do adjudicatário no mesmo depende do consentimento prévio, expresso e escrito, da entidade adjudicante.
- 2- É permitida a cessão da posição contratual do adjudicatário determinada por efeito de fusão de sociedades ou de alienação de participações sociais, devendo para o efeito o adjudicatário notificar a entidade adjudicante das alterações associadas aos elementos necessários para a faturação.

Cláusula 26.ª

Sanções

- 1- Pelo incumprimento de obrigações emergentes do Contrato, a entidade adjudicante pode exigir do adjudicatário o pagamento de uma sanção contratual, de montante a fixar em função da gravidade do incumprimento, nos seguintes termos:
 - a) Pelo incumprimento do prazo estipulado ao adjudicatário no n.º 1 da Cláusula 13.ª, por causa que lhe seja imputável, uma sanção contratual definida nos termos do número seguinte, até ao valor máximo de 30% do valor da encomenda em causa;
 - b) Pela omissão de comunicação prevista no n.º 4 da Cláusula 11.ª, uma sanção contratual por cada dia de atraso, até ao valor máximo de 10% do valor da encomenda em causa;
 - c) Pelo incumprimento das obrigações previstas nos n.ºs 4 e 5 da Cláusula 14.ª, uma sanção contratual por cada dia de atraso, até ao valor máximo de 5% do valor da encomenda em causa.
- 2- No caso previsto na alínea a) do número anterior, a sanção contratual a aplicar é calculada de acordo com a seguinte fórmula:

$$P = V \times A \times 0,1$$

Em que P corresponde ao montante da penalidade, V é igual ao valor da encomenda e A é o número de dias de atraso, correspondente a essa encomenda, sendo o primeiro dia de atraso o dia de calendário seguinte ao dia da obrigação de entrega.

- 3- No caso previsto na alínea b) do n.º 1, quando o atraso se verificar em relação ao pré-aviso de rotura temporária de stock constante no n.º 4 da Cláusula 11.ª, a entidade adjudicante pode aplicar uma sanção contratual, calculada de acordo com a seguinte fórmula:

$$P = (15-N) \times €100,00$$

Sendo N o número de dias de pré-aviso de rotura temporária de stock contados relativamente ao dia útil seguinte da nota de encomenda.

- 4- Quando, nos termos da Cláusula 14.^a, os bens entregues não se encontrem em conformidade com o disposto no caderno de encargos e legislação aplicável, obrigando à substituição dos mesmos, a entidade adjudicante pode aplicar uma sanção contratual calculada de acordo com a seguinte fórmula:

$$P = V \times A \times 0,15$$

Em que:

- P corresponde ao montante da penalidade;
- V é igual ao valor da encomenda subjacente aos bens a substituir;
- A número de dias de atraso relativamente ao prazo máximo constante no n.º 5 da Cláusula 14.^a, contados após a respetiva comunicação.

Em caso de resolução do contrato por incumprimento do adjudicatário, a entidade adjudicante pode exigir-lhe uma sanção contratual até 20% do valor global do Contrato.

Cláusula 27.^a

Força Maior

- 1- Não podem ser impostas sanções contratuais ao adjudicatário, nem é havida como incumprimento, a não realização pontual das prestações contratuais a cargo de qualquer das partes que resulte de caso de força maior.
- 2- Para efeitos do contrato, só são consideradas de força maior as circunstâncias que, cumulativamente e em relação à parte que as invoca:
- a) Impossibilitem o cumprimento das obrigações emergentes do contrato;
 - b) Sejam alheias à sua vontade;
 - c) Não fossem por ela conhecidas ou previsíveis à data da celebração do contrato; e
 - d) Não lhe seja razoavelmente exigível contornar ou evitar os efeitos produzidos por aquelas circunstâncias.
- 3- Não constituem força maior, designadamente, quando aplicáveis:
- a) Circunstâncias que não constituam força maior para os subcontratados do adjudicatário se autorizado, na parte em que intervenham;
 - b) Greves ou conflitos laborais limitados ao adjudicatário ou a grupos de sociedades em que se integre, bem como a sociedades ou grupos de sociedades dos seus subcontratados;
 - c) Determinações administrativas ou judiciais de natureza sancionatória ou de outra forma resultantes do incumprimento pelo adjudicatário de deveres ou ónus que sobre ele recaiam;

- d) Incêndios ou inundações com origem nas instalações do adjudicatário cuja causa, propagação ou proporções se devam a culpa ou negligência sua ou ao incumprimento de normas de segurança;
- e) Avarias nos sistemas informáticos ou mecânicos do adjudicatário não devidas a sabotagem;
- f) Eventos que estejam ou devam estar cobertos por seguros.

4- A parte que invocar caso de força maior deve comunicar e justificar tal situação à outra parte, logo após a sua ocorrência, bem como informar o prazo previsível para restabelecer o cumprimento das obrigações contratuais.

5- A suspensão, total ou parcial, do cumprimento pelo adjudicatário das suas obrigações contratuais fundada em força maior, por prazo superior a 30 (trinta) dias, autoriza a entidade adjudicante a resolver o contrato ao abrigo do n.º 1 do artigo 335.º do Código dos Contratos Públicos, não tendo o adjudicatário direito a qualquer indemnização.

Cláusula 28.ª

Resolução do Contrato pela Entidade Adjudicante

1- Sem prejuízo de outros fundamentos de resolução previstos na lei, a entidade adjudicante pode resolver o contrato, a título sancionatório, no caso de o adjudicatário violar de forma grave ou reiterada qualquer das obrigações que lhe incumbem.

2- A entidade adjudicante pode resolver o Contrato nos seguintes casos:

- a) Se o adjudicatário violar de forma grave ou reiterada qualquer das obrigações que lhe incumbem no âmbito do contrato;
- b) Se forem aplicadas sanções contratuais ao adjudicatário de valor acumulado igual a 20% (vinte por cento) do preço contratual;
- c) Se o adjudicatário se atrasar, por período superior a 30 (trinta) dias, na entrega dos bens;
- d) Se o adjudicatário se atrasar, por período superior a 15 (quinze) dias, na substituição ou na reparação de bens;
- e) Se se verificar a cessão da posição contratual a terceiro ou subcontratação celebrada pelo adjudicatário, sem autorização prévia da entidade adjudicante.

3- O direito de resolução referido no número anterior exerce-se mediante declaração escrita dirigida ao adjudicatário e não implica a repetição das prestações já realizadas pelo mesmo nos termos previstos no presente caderno de encargos, a menos que tal seja expressamente determinado pela entidade adjudicante.

4- Em caso de resolução do contrato por incumprimento do Cocontratante pode ser-lhe exigida uma pena pecuniária de até 20% (vinte por cento) do preço contratual.

5- Ao valor da pena referida no número anterior são deduzidas as importâncias pagas pelo adjudicatário ao abrigo da Cláusula 26.^a relativamente às prestações objeto do contrato cujo incumprimento tenha determinado a respetiva resolução sancionatória.

6- O disposto no n.º 4 não prejudica o direito de indemnização nos termos gerais, não obstante a que a entidade adjudicante exija uma indemnização pelos danos excedentes.

Cláusula 29.^a

Resolução do Contrato por parte do Adjudicatário

1- O adjudicatário pode resolver o Contrato nos termos e pela forma previstos na legislação aplicável.

2- A resolução do Contrato nos termos do número anterior não determina a repetição das prestações já realizadas pelo adjudicatário, cessando, porém, todas as suas obrigações previstas no Contrato, com exceção das obrigações de garantia técnica, quando aplicável.

Cláusula 30.^a

Execução de caução

Tratando-se de uma aquisição de bens cujo preço contratual é inferior a 500.000,00 EUR (*quinhentos mil euros*), não é exigida a prestação de caução para a celebração do contrato, nos termos do n.º 2 do artigo 88.º do CCP.

Cláusula 31.^a

Seguros

1- É da responsabilidade do Adjudicatário a cobertura, através de contratos de seguros necessários, e impostos pela legislação em vigor, para os bens a fornecer independentemente da existência ou não de vínculo laboral.

2- A entidade adjudicante pode, sempre que entender conveniente, exigir prova documental da celebração dos contratos de seguro referidos no número anterior, devendo o adjudicatário fornecê-la no prazo de 5 (cinco) dias.

Cláusula 32.^a

Propriedade dos equipamentos

No termo do contrato, seja qual for o motivo que o tenha determinado, os equipamentos e acessórios cedidos pelo adjudicatário à entidade adjudicante que não possam ser retirados ou cuja fixação tenha provocado a deterioração das instalações, constituem propriedade da entidade adjudicante.

CAPÍTULO VII

DISPOSIÇÕES FINAIS

Cláusula 33.^a

Deveres de informação

- 1- Cada uma das partes deve informar sem demora a outra de quaisquer circunstâncias que cheguem ao seu conhecimento e possam afetar os respetivos interesses na execução do contrato, de acordo com a boa-fé.
- 2- Em especial, cada uma das partes deve avisar de imediato a outra de quaisquer circunstâncias, constituam ou não força maior, que previsivelmente impeçam o cumprimento ou o cumprimento tempestivo de qualquer uma das suas obrigações.
- 3- No prazo de 15 (quinze) dias após a ocorrência de tal impedimento, a parte deverá informar a outra do tempo ou da medida em que previsivelmente será afetada a execução do contrato.

Cláusula 34.^a

Comunicações

- 1- Salvo quando o contrário resulte do contrato, quaisquer comunicações entre a Contraente Pública e o Cocontratante relativas ao contrato devem ser efetuadas através de carta registada com aviso de receção ou por correio eletrónico, para os contatos identificados no contrato.
- 2- Qualquer comunicação feita por carta registada é considerada recebida na data indicada pelos serviços postais.
- 3- Qualquer comunicação realizada por correio eletrónico é considerada recebida na data constante do respetivo recibo de receção e leitura remetido pelo recetor ao emissor.

Cláusula 35.^a

Segurança e confidencialidade

- 1- A entidade adjudicante garante ao adjudicatário o acesso às instalações para a execução do presente contrato.
- 2- A entidade adjudicante informa o adjudicatário sobre as normas de identificação do seu pessoal e os procedimentos adequados para o acesso e circulação nas suas instalações.
- 3- O adjudicatário obriga-se a respeitar a confidencialidade sobre todos os dados a que tenha acesso, nos termos do presente Caderno de Encargos.
- 4- De igual forma, o adjudicatário garante que ao utilizar terceiros na execução dos serviços, aqueles respeitam o dever de confidencialidade referido no número anterior.

Cláusula 36.^a

Foro Competente

Para resolução de todos os litígios decorrentes do contrato fica estipulada a competência do Tribunal Administrativo e Fiscal de Loulé, com expressa renúncia a qualquer outro.

Cláusula 37.^a

Direito Aplicável e natureza do contrato

O contrato rege-se pelo direito português e tem natureza administrativa.

Cláusula 38.^a

Contagem dos prazos

Os prazos previstos no presente caderno de encargos são contínuos, correndo em sábados, domingos e dias feriados, aplicando-se à contagem dos prazos as demais regras constantes do artigo 471.º do Código dos Contratos Públicos.

ANEXO I

QUANTIDADES INDICATIVAS DE PRODUTO, POR INSTALAÇÃO

(ao que se refere o n.º 2 da Cláusula 1.ª et. al)

Nível	Cód. Artigo	Descrição	Qt	Unidade
1	1	ETA DE ALCANTARILHA		
2	1.1	Permanganato de Potássio (tambores de 25 kg/unidade) - dezembro 2024	500	kg
3	1.2	Permanganato de Potássio (tambores de 25 kg/unidade) junho 2025	500	kg
4	1.3	Permanganato de Potássio (tambores de 25 kg/unidade) - setembro 2025	500	kg

ANEXO II

LOCAL DE ENTREGA

(ao que se refere o n.º 2 da Cláusula I.ª et. al)

Instalação	Morada	Coordenadas GPS
ETA de Alcantarilha	ETA de Alcantarilha Sítio do Malhão, 8365-024 Alcantarilha	37° 10' 32.570" N, 08° 20' 56.100" W

ANEXO III

CÓDIGO DE CONDUTA

(ao que se refere a alínea ee) da Cláusula 5.^a et. al)



CÓDIGO DE CONDUTA PARA FORNECEDORES

A ÁGUAS DO ALGARVE, S.A. participa ativamente no desenvolvimento de políticas sustentáveis e pretende atuar junto dos seus fornecedores e subcontratados, integrando-os nas suas preocupações sociais, ambientais e segurança dos trabalhadores, numa perspetiva de garantir o desenvolvimento sustentável da sua atividade.

Ao afirmar-se como uma organização socialmente responsável, fiel aos seus Princípios e Valores, a ÁGUAS DO ALGARVE pretende garantir aos seus clientes internos e externos que os bens e serviços que lhes proporcionam são realizados em condições que respeitam os direitos da pessoa humana e do meio ambiente.

Este Código visa estender os compromissos de conduta em matéria social, laboral e ambiental, refletidos na Política do Sistema de Responsabilidade Empresarial (constante no Anexo I) e na Missão, Visão, Valores e Princípios de Atuação da Águas do Algarve, S.A. (constantes no Anexo II), aos seus fornecedores e subfornecedores.

O fornecedor confirma a receção e leitura do presente **Código de Conduta para Fornecedores**, assumindo o compromisso de o cumprir e fazer cumprir, através da assinatura da **Declaração de Aceitação do Código de Conduta para Fornecedores (DCL I)**, remetendo esse impresso à ÁGUAS DO ALGARVE, S.A..

Condições de Trabalho e Sociais

No desenvolvimento das suas atividades o **fornecedor e o subfornecedor devem respeitar**, em qualquer circunstância, os seguintes requisitos:

- Assegurar que as remunerações base dos seus colaboradores satisfazem as necessidades básicas e proporcionam algum valor extra;
- Garantir que as horas extras são devidamente remuneradas e que são realizadas de forma voluntária, excetuando-se situações extraordinárias, não previstas;
- Tratar os seus colaboradores com dignidade e respeito;
- Cumprir com a legislação em vigor referente ao horário de trabalho;
- Assegurar um ambiente de trabalho saudável e seguro;
- Fornecer, para uso de todos os colaboradores, instalações sanitárias limpas e acesso a água potável e, se aplicável, vestiários condignos e instalações higiénicas para armazenamento de alimentos;
- Caso seja facultado alojamento pela empresa, devem ser asseguradas instalações de dormitório limpas, seguras e que atendam às necessidades básicas dos colaboradores;

e **não deverão**, em qualquer circunstância:

- Envolver-se ou apoiar a utilização de trabalho infantil;

- Envolver-se ou apoiar a utilização de trabalho forçado ou compulsório através da retenção de documentos pessoais originais, incluindo castigos corporais, coerção física ou mental, insultos verbais ou gestuais, assédio sexual e ameaças;
- Envolver-se, direta ou indiretamente, no tráfico de seres humanos;
- Praticar ou ser conivente com qualquer tipo de discriminação com base na raça, classe social, nacionalidade, religião, deficiência, género, orientação sexual, idade, associação a sindicato, afiliação política ou qualquer outra forma de discriminação;
- Interferir no exercício dos direitos dos colaboradores relativamente à liberdade sindical e ao seu direito à negociação coletiva.

Gestão Ambiental

Sendo compromisso da ÁGUAS DO ALGARVE a melhoria do meio ambiente onde está inserida e do qual depende, a mesma identificou os principais aspetos ambientais decorrentes da sua atividade, de forma a implementar medidas que promovam a prevenção e minimização dos impactes associados. Assim, pretende-se que o fornecedor também se comprometa a promover uma cultura de respeito para com o meio ambiente, estabelecendo e implementando práticas de gestão dos seus aspetos ambientais, numa perspetiva de melhoria contínua do seu desempenho ambiental.

No desenvolvimento das suas atividades o fornecedor e o subfornecedor deverão assumir o cumprimento dos seguintes princípios:

- Reduzir os resíduos e as emissões para o ar, solo e água;
- Manusear os produtos químicos de forma ambientalmente adequada;
- Gerir os resíduos de forma ambientalmente correta;
- Optar por equipamentos, sistemas e práticas que potenciem a eficiência energética;
- Promover a reutilização e reciclagem de materiais e produtos;
- Adotar boas práticas que minimizem a emissão de ruído;
- “Não Prejudicar Significativamente”, contribuindo para o desenvolvimento sustentável, rumo a uma neutralidade climática da economia e da sociedade até 2050 – em linha com o Pacto Ecológico Europeu e com o espírito da iniciativa legislativa para a Lei Europeia do Clima.

e não deverão, em qualquer circunstância:

- Poluir deliberadamente o ar, solo e água;
- Eliminar resíduos de forma ilegal (queimar, enterrar, abandonar,...);
- Desperdiçar recursos naturais (água, energia, floresta,...).

Acesso para Verificação

Considerando o propósito subjacente ao presente documento, que privilegia o estabelecimento de parcerias sustentáveis e duradouras entre as partes, o fornecedor deve permitir a visita de representantes da ÁGUAS DO ALGARVE às suas instalações, no sentido de validar que as práticas desenvolvidas respeitam os requisitos deste Código de Conduta.

Verificada alguma não conformidade, o fornecedor fica obrigado a comunicar um plano de ações corretivas, reservando-se a ÁGUAS DO ALGARVE no direito de suspender a relação contratual, caso este não seja eficazmente implementado.

Anexo I

Política do Sistema de Responsabilidade Empresarial

A Águas do Algarve, consciente das suas responsabilidades na conceção, construção, exploração e gestão do Sistema Multimunicipal de Abastecimento de Água e Saneamento do Algarve, está empenhada em assegurar o contínuo e eficiente abastecimento de água para consumo humano, com elevado nível de segurança alimentar, bem como o tratamento de águas residuais, aos clientes da sua área de concessão, contribuindo para a prossecução das políticas públicas e dos objetivos nacionais no domínio do ambiente.

Num quadro de respeito integral das suas obrigações de conformidade e das normas aplicáveis, de um modo socialmente responsável, ambientalmente sustentável e prevenindo riscos para a segurança e saúde dos(as) trabalhadores(as), a Águas do Algarve assume os seguintes compromissos:

Antecipar, avaliar e promover de uma forma contínua a satisfação das necessidades e expectativas dos seus clientes, acionistas, trabalhadores(as), restantes partes interessadas e comunidade, de acordo com o contexto do negócio, os requisitos das partes interessadas e os riscos e oportunidades identificados;

Promover a melhoria do desempenho ambiental, proteger o ambiente de forma a prevenir ou mitigar os impactes ambientais, potenciando a prevenção da poluição, a minimização das emissões para o meio ambiente e a utilização eficiente dos recursos, privilegiando a aquisição de bens e serviços que potenciem o uso e consumo racionais da energia de modo a maximizar a eficiência energética;

Promover a melhoria do desempenho em Saúde e Segurança e assegurar a eliminar perigos e reduzir os riscos para a saúde e a segurança dos(as) trabalhadores (as) da Águas do Algarve e dos que trabalham em seu nome, proporcionando condições de trabalho seguras e saudáveis para a prevenção de lesões e afeções da saúde relacionadas com o trabalho;

Promover a melhoria do desempenho energético, apoiando as atividades de conceção, a aquisição de produtos e serviços energeticamente eficientes e assegurando a disponibilidade de informação e os recursos necessários para alcançar os objetivos e as metas para a energia;

Avaliar e controlar continuamente os riscos para a saúde pública, com origem no consumo de água, implementando medidas eficazes de prevenção, controlo e monitorização;

Motivar os trabalhadores(as), fomentando o seu envolvimento, responsabilidade individual/ e criatividade, através da adequação e atualização de competências, consciencialização, sensibilização e formação, salvaguardando o princípio de igualdade de género e o equilíbrio entre a vida pessoal e profissional, garantindo a conformidade e melhoria das condições laborais e sociais e através da consulta e participação dos trabalhadores, e quando existam, dos representantes dos trabalhadores.

A Águas do Algarve compromete-se ainda a implementar e promover a melhoria contínua do Sistema de Responsabilidade Empresarial, disponibilizando a informação, os recursos humanos, técnicos e financeiros necessários e adequados para garantir a eficácia e eficiência dos seus processos, a melhoria da saúde pública e do ambiente da região em que se insere e para a criação de valor.

Faro, 30 de março de 2023

A Comissão Executiva

Anexo II

Missão, Visão, Valores e Princípios de Atuação da Águas do Algarve, S.A.

Missão

A Águas do Algarve, tem como Missão, garantir o abastecimento de água para consumo humano e o tratamento de águas residuais de acordo com os mais elevados padrões de qualidade e fiabilidade, num quadro de sustentabilidade económica, social e ambiental, assumindo o compromisso de:

- Respeitar as normas mais exigentes do sector, apostando sempre numa perspectiva de melhoria contínua dos padrões de qualidade inerentes aos seus processos;
- Minimizar os consumos de recursos naturais e transformados, permitindo a aplicação de tarifas equilibradas;
- Adequar com os recursos técnicos e humanos, apenas estritamente necessários, ao desenvolvimento da sua atividade e compromissos assumidos;
- Contribuir para a melhoria da saúde pública e do ambiente da região em que se insere, adotando políticas e práticas cada vez mais responsáveis.

Visão

Ser reconhecida como referência empresarial no setor, pela qualidade do serviço que presta, pela competência profissional e pelos valores que pratica.

Valores

Os Valores Éticos da Águas do Algarve, S.A são:

- Espírito de Servir
- Excelência
- Integridade
- Responsabilidade
- Rigor

Princípios de Atuação

Águas do Algarve rege-se pelos seguintes Princípios:

- Respeito e proteção dos direitos humanos
- Respeito pelos direitos dos(as) trabalhadores(as)

CÓDIGO DE CONDUTA PARA FORNECEDORES

- Respeito pela igualdade de género
- Luta contra a corrupção
- Erradicação de todas as formas de exploração
- Erradicação de todas as práticas discriminatórias
- Responsabilidade na defesa e proteção do meio ambiente
- Contribuição para o desenvolvimento sustentável.